

Sábado, 04 de Julho de 2026

EUA em seu 250º aniversário: economia resiliente enfrenta inflação, guerra comercial e crise de dívida

Potência econômica mundial celebra marco histórico sob pressão de tarifas, conflitos geopolíticos e endividamento sem precedentes.

Os Estados Unidos chegam a seus 250 anos de independência navegando por transformações profundas que abrangem esferas políticas, sociais e, particularmente, econômicas. O país enfrenta desafios que remetem à própria essência de sua fundação, questionando princípios como a independência de suas instituições.

Inflação elevada marca o cenário atual. Após atingir patamares extraordinários de 9,1% em junho de 2022, reflexo direto dos efeitos pandêmicos e pressões de demanda, a taxa anual chegou a 4,2% em maio deste ano—cifra que persiste acima das metas estabelecidas pelo Federal Reserve, o banco central norte-americano.

Jared Bernstein, ex-assessor econômico da Casa Branca sob Joe Biden, aponta para as políticas da administração Trump como principais culpadas pela trajetória inflacionária. "As ações da administração, particularmente as tarifas e a guerra, puxaram a inflação na direção errada. As pessoas continuarão sofrendo com o custo de vida", afirmou à CNN Brasil.

A guerra tarifária e suas consequências

Desde 2 de abril de 2025, batizado como "Dia da Libertação" pelo presidente Donald Trump, uma guerra comercial global alterou fundamentalmente como os Estados Unidos conduzem suas relações comerciais. Trump, que durante sua campanha reiteradamente expressava seu "amor" pela palavra "tarifas", implementou uma estratégia dupla: fortalecer a indústria doméstica atraindo investimentos e reduzir o déficit comercial crônico do país.

Porém, os resultados não corresponderam às expectativas. Welber Barral, árbitro da Organização Mundial de Comércio e ex-secretário de Comércio Exterior brasileiro, observa que "os investimentos não aumentaram, as grandes indústrias não se movimentaram porque precisam de estabilidade de longo prazo".

Quanto ao déficit comercial, a situação permanece intratável. Em 2024, o rombo atingiu US\$ 918,4 bilhões—aumento de 17% comparado a 2023. Em 2025, o déficit recuou marginalmente para US\$ 901,5 bilhões, demonstrando que as tarifas não resolveram o problema estrutural.

Em 2 de abril, Trump impôs tarifas recíprocas sobre aliados, alíquotas retaliatórias contra a China e cobranças específicas como os 50% aplicados ao Brasil. A retirada dos EUA de tratados de livre comércio elevou pressões inflacionárias nos preços ao consumidor.

"Os Estados Unidos levarão muitas décadas para recuperar a confiança perdida, não apenas pelas medidas imprevistas, mas porque violaram claramente acordos comerciais", ressalta Barral. Mesmo após a Suprema

Corte declarar ilegal o tarifaço, Trump buscou fundamentação em outras disposições legais para ressuscitar suas tarifas.

A recusa em renovar o USMCA (Acordo Estados Unidos-México-Canadá) em sua forma atual durante a revisão conjunta de 1º de julho marca outro ponto de ruptura com a tradição comercial americana, embora negociações bilaterais continuem em andamento.

Conflito no Oriente Médio e impacto energético

O conflito com o Irã, intensificado no final de fevereiro de 2026, resultou no fechamento do Estreito de Ormuz e disparou os preços do petróleo e combustíveis. O galão de gasolina ultrapassou US\$ 5 em diversos estados, conforme apurado pela CNN Internacional.

"É uma administração muito incomum. Iniciou uma guerra comercial e agora uma guerra contra o Irã, alterando os mercados. Tarifas e conflitos são inflacionários", observa Bernstein, conectando essas pressões ao estresse enfrentado pelas famílias americanas.

O ex-assessor aponta como alimentos subiram 12% a 13% em um ano, parcialmente devido às tarifas sobre produtos alimentares, enquanto a guerra elevou principalmente os preços da gasolina. Essa combinação gera sinais contraditórios sobre a direção econômica: crescimento ainda robusto convive com desaceleração recente na criação de empregos.

Taxas de juros elevadas e pressão sobre o Federal Reserve

As taxas de empréstimo situam-se entre 3,5% e 3,75% ao ano—patamares historicamente altos para a economia americana. Crescem expectativas por novos aumentos, com o Bank of America prevendo três altas entre setembro e dezembro que levariam a taxa para 5% a 5,25%.

Além das pressões econômicas, o Federal Reserve enfrenta ameaças diretas da Casa Branca. Trump repetidamente criticou as taxas de juros e tentou interferir na instituição, violando a tradição secular de independência do banco central.

Trump ameaçou demitir Jerome Powell e cobrou a renúncia da diretora Lisa Cook com acusações de fraudes hipotecárias, que ela nega. A Suprema Corte bloqueou essas remoções, reafirmando que qualquer demissão exige "justa causa" e impedindo demissões arbitrárias que permitiriam ao presidente removedores do Fed "a qualquer momento, por qualquer motivo".

Otaviano Canuto, ex-economista do Banco Mundial, FMI e BID, destaca que apesar das mudanças políticas, "o Federal Reserve e o sistema judiciário americano mantêm reputação incomparável de independência e rigor técnico. O mundo confia no sistema".

Crise de endividamento sem precedentes

O "One Big, Beautiful Bill", megaprojeto orçamentário aprovado em julho de 2025, incorpora cortes de impostos prometidos por Trump—isenção sobre gorjetas, regimes tributários especiais para empresas—enquanto eleva gastos com defesa e proteção de fronteiras.

As projeções indicam aumento de US\$ 4 trilhões na dívida norte-americana ao longo da próxima década, conforme estimativas do Bipartisan Policy Center. A dívida já atingiu US\$ 39,46 trilhões ao final de junho, ultrapassando os US\$ 32 trilhões do PIB do país.

Essa marca representa a primeira ocasião desde 1946, pós-Segunda Guerra Mundial, em que a dívida federal americana eclipsa o crescimento econômico doméstico. O Escritório de Responsabilidade Governamental dos EUA alerta que a dívida cresce mais rapidamente que a economia, com projeções indicando que chegará a

123% do PIB em 2036 e 251% do PIB em 30 anos.

"A trajetória é claramente insustentável no longo prazo", enfatiza Canuto. Embora a dívida pública americana como ativo de reserva global não suscite imediatamente riscos de calote, prolongar essa ascensão vertiginosa deixará qualquer "zona de tranquilidade".

Alexandre Cabral, professor de mercados financeiros na B3 e Saint Paul Escola de Negócios, explica que o risco maior não é inadimplência, mas problemas de emissão de dívida: "Tem que encurtar a dívida para conseguir fazer a emissão. Vive aquela crise de ter que deixar mais prêmio na mesa, mais taxa para poder fazer a rolagem, porque é uma dívida muito, muito alta".

Reverter esse cenário é teoricamente possível, mas exige vontade política para cortar benefícios ou aumentar impostos—mudanças com custos políticos concentrados e imediatos. "É um problema de economia política", nota Canuto. "Os políticos não se importam", observa Bernstein, esperançoso de que uma crise não seja necessária para mobilizar atenção.

O dólar sob pressão de diversificação

Bancos centrais globais começaram buscando reservas alternativas à moeda norte-americana, enquanto parceiros comerciais avaliam transações diretas, reduzindo dependência do sistema financeiro baseado no dólar. Cabral aponta que "sem dúvida, isso tira força do dólar" quando instituições compram mais ouro.

Brasil emitindo em yuan, países desenvolvendo câmbios bilaterais diretos—essas tendências sugerem redução da hegemonia do dólar. Contudo, a moeda não desaparecerá de carteiras globais. Em momentos de incerteza, capital externo continua buscando refúgio no ativo americano.

"Tirar força do dólar para jogá-lo ao ostracismo? Não, muito longe disso. Mas tira aquela força que tinha há 20, 30 anos atrás", conclui Cabral.

Resiliência econômica e perspectivas futuras

Apesar do cenário adverso, os Estados Unidos mantêm influência global e economia resiliente. O PIB cresceu 2,1% em 2025 e deve sustentar avanços, impulsionado por expansão financeira, investimento robusto em tecnologia e mercado de trabalho ainda sólido.

O mercado consumidor americano permanece como o maior do mundo, papel que não mudará rapidamente. Aliados como México e Canadá podem tentar reduzir dependência de Washington, mas zerá-la seria improvável.

"Os americanos continuarão sendo um parceiro comercial grande para muitos países, particularmente em alguns produtos", observa Barral. Bernstein nota que "apesar das incertezas, a economia está acelerando" e mantém características que a tornam resiliente: "uma economia muito globalizada com grande entrada de capital, tanto para compra de ativos quanto investimentos".

Assim, permanece esperança de que os preceitos dos fundadores sustentem a maior potência do planeta pelos próximos 250 anos.